

CONTEMPORARY CHALLENGES OF DIGITAL LAW,
PERSONAL DATA PROTECTION, AND CYBERSECURITY



DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO DIGITAL, PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E CIBERSEGURANÇA

DE SOUZA DUARTE, Danilo; SOARES DE AVELAR, Jefferson

 Danilo de Souza Duarte, UNIFENAS, Brasil

 Jefferson Soares de Avelar, UNIFENAS, Brasil

Revista Científica da UNIFENAS
Universidade Professor Edson Antônio Velano, Brasil
ISSN: 2596-3481
Publicação: Mensal
vol. 6, nº. 8, 2024
revista@unifenas.br

Recebido: 19/11/2024
Aceito: 09/12/2024
Publicado: 19/12/2024

ABSTRACT: The constant evolution of digital technology has introduced significant challenges to the field of law, especially in relation to personal data protection and cybersecurity. The objective of the present study is to investigate and analyze these contemporary challenges, with a focus on understanding how Digital Law impacts regulatory compliance, data security, and policy adaptation in a dynamic digital environment. The study will seek to provide a comprehensive and up-to-date understanding of these issues, seeking to address the central research question: how Digital Law challenges influence legal compliance and security management in an ever-changing landscape.

KEYWORDS: Digital law; Data protection; Cybersecurity; LGPD; Accordance.

RESUMO: A evolução constante da tecnologia digital introduziu desafios significativos para o campo do Direito, especialmente em relação à proteção de dados pessoais e à cibersegurança. O objetivo do presente estudo é investigar e analisar esses desafios contemporâneos, com foco em compreender como o Direito Digital impacta a conformidade com as regulamentações, a segurança dos dados e a adaptação das políticas em um ambiente digital dinâmico. O estudo buscou oferecer um entendimento abrangente e atualizado dessas questões, visando responder à pergunta de pesquisa central: como os desafios do Direito Digital influenciam a conformidade legal e a administração de segurança em um cenário em constante mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Direito digital; Proteção de dados; Cibersegurança; LGPD; Conformidade.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Digital emergiu como um campo essencial e em constante evolução, desafiando as estruturas tradicionais do sistema jurídico. Nas últimas décadas, o avanço acelerado da tecnologia digital trouxe à tona questões críticas relacionadas à proteção de dados pessoais e à cibersegurança. Tais desafios são amplificados pela natureza dinâmica do ambiente digital, onde novas implicações legais surgem rapidamente, exigindo que profissionais do direito e instituições se adaptem continuamente. Conforme destacado

por Marcus Paulo Röder (1994) [14], a proteção de dados pessoais configura-se como um direito fundamental, necessitando de estruturas legais que promovam a metarregulação. O ambiente digital contemporânea demanda um entendimento aprofundado das regulamentações existentes e das melhores práticas para assegurar a conformidade e a segurança de informações sensíveis. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) representa um avanço significativo, mas ainda enfrenta desafios específicos em setores como o agronegócio. Segundo Stefani (2022) [15], produtores rurais precisam superar barreiras regulatórias para garantir a adequação à LGPD. A liberdade de expressão também se destaca como um aspecto central neste cenário. Puccinelli (2022) [12] aponta que o ambiente digital apresenta desafios complexos às liberdades de expressão e informação, exigindo soluções equilibradas entre a proteção dos direitos humanos e a necessidade de regulação tecnológica. Esses elementos tornam evidente a importância de examinar o impacto do Direito Digital em diferentes contextos. A pergunta de pesquisa que norteia este estudo é: como os desafios do Direito Digital impactam a conformidade com regulamentações, a segurança dos dados e a adaptação de políticas em um ambiente digital dinâmico? Para responder a essa questão, será adotada uma abordagem interdisciplinar, examinando casos práticos e teorias jurídicas emergentes. Lia Carolina Vasconcelos Camurça (2022) [3] reforça a relevância de investigações contínuas sobre a vigilância digital e seus impactos na privacidade, evidenciando a necessidade de estudos mais profundos na área.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A literatura sobre os desafios contemporâneos do Direito Digital, especialmente no que tange à proteção de dados pessoais e à cibersegurança, evidencia a complexidade e a evolução dessas questões. Röder (1994) [14] argumenta que a proteção de dados pessoais é um direito fundamental e que uma estrutura de metarregulação é essencial para assegurar esse direito. A LGPD no Brasil, alinhada ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, constitui um marco importante nesse cenário. No entanto, a implementação da LGPD enfrenta desafios práticos. Corassa (2024) [4] explora o impacto do capitalismo baseado em dados nos trabalhadores brasileiros, destacando a necessidade de ferramentas coletivas de proteção de dados. Por outro lado, Hostert (2024) [6] discute a urgência de um ordenamento jurídico mais específico para lidar com as complexidades da proteção de dados na internet. Lorens (2010) [7] apresenta modelos normativos que integram segurança da informação

ao ciclo de vida dos dados, destacando a importância de cadeias regulatórias robustas. Essa abordagem é complementada por Fogli (2022) [5], que defende o autogerenciamento da privacidade pelos usuários como um elemento essencial para equilibrar proteção de dados e liberdade individual. Antoniali (2020) [2] enfatiza a necessidade de harmonizar regulamentações locais e internacionais, enquanto Nicotra (2020) [11] explora os limites éticos e legais da criação de perfis digitais, reforçando a urgência de salvaguardas contra invasões de privacidade. Camurça (2020) [3] alerta sobre os impactos da vigilância em massa nos direitos humanos, ressaltando a necessidade de regulamentações equilibradas e eficazes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam que a proteção de dados pessoais e a cibersegurança representam desafios complexos no Direito Digital. Pequenas e médias empresas enfrentam dificuldades significativas para atender às exigências da LGPD, conforme destacado por Melo (2019) [9]. Essa limitação evidencia a necessidade de políticas mais inclusivas, especialmente no que tange à capacitação e à acessibilidade das normas. A vigilância digital também se apresenta como uma questão crítica. Camurça (2020) [3] aponta os impactos negativos da vigilância em massa na privacidade e na liberdade individual, enquanto Puccinelli (2022) [12] argumenta que os desafios à liberdade de expressão no ambiente digital exigem uma regulação mais equilibrada e robusta. Além disso, a pesquisa destacou o papel do encarregado de proteção de dados como central na implementação da LGPD, conforme descrito por Queiroz (2020) [13]. A capacitação desses profissionais é essencial para garantir a conformidade regulatória e a proteção de informações sensíveis. Setores específicos, como o agronegócio, apresentam particularidades significativas. Stefani (2022) [15] analisa como os pequenos produtores rurais enfrentam dificuldades únicas na adequação às exigências da LGPD, destacando a necessidade de abordagens mais direcionadas para esses grupos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Direito Digital enfrenta desafios significativos, principalmente na proteção de dados pessoais e na cibersegurança. A pesquisa evidenciou a necessidade de estratégias mais acessíveis e inclusivas para pequenas empresas, além de maior capacitação para profissionais da área. A vigilância digital e seus impactos nos direitos humanos destacam a urgência de regulamentações que equilibrem segurança e privacidade. Além disso, ferramentas práticas, como o checklist LGPD-CHECK proposto por Mendes (2021) [8], podem desempenhar um papel crucial na simplificação da conformidade regulatória. Por fim, a colaboração entre governo, setor privado e academia é essencial para fortalecer o arcabouço jurídico e responder de forma eficaz aos desafios digitais. Este trabalho contribui para o avanço do debate sobre proteção de dados e cibersegurança, apontando caminhos para um futuro mais equilibrado e seguro.

REFERÊNCIAS

- [1] Alfonsin, Taiane Meirelles. Gestão de compliance adequada à Lei Geral de Proteção de Dados na área da saúde [home page na internet]. [acesso em: 05 ago. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINO/S/12166>
- [2] Antonialli, Dennys Marcelo. A arquitetura da Internet e o desafio da tutela do direito à privacidade pelos Estados nacionais. [acesso em: 07 jul. 2024]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-18112020-144100/pt-br.php>.
- [3] Camurça, Lia Carolina Vasconcelos. Sociedade de vigilância, direito à privacidade e proteção de dados pessoais: uma análise sobre a influência de técnicas de publicidade comportamental na internet no consumidor-usuário [home page na internet]. [acesso em: 11 set. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51045>.
- [4] Corassa, Eugênio Delmaestro. Capitalismo baseado em dados e a proteção do trabalhador: investigações para uma utilização coletiva de ferramentas de proteção de dados dos trabalhadores no Brasil [home page na internet]. [acesso em: 02 mai. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46944>.
- [5] Fogli, Mariana Krollmann. Autogerenciamento da privacidade no acesso às redes digitais e o uso da base legal do consentimento: comportamento dos usuários e a proteção legal dos dados pessoais e da privacidade [home page na internet]. [acesso em: 06 abr. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55319>.
- [6] Hostert, Ana Cláudia. Proteção de dados pessoais na internet: a necessidade de lei específica no ordenamento jurídico brasileiro [home page na internet]. [acesso em: 10 jul. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188181>.
- [7] Lorens, Evandro Mário. Aspectos normativos da segurança da informação: um modelo de cadeia de regulamentação [home page na internet]. [acesso em: 23 set. 2024]. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/2494>.
- [8] Mendes, João Pedro Marques. LGPD-CHECK: Um Checklist para Avaliação da Aderência de Sistemas Computacionais à Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira [home page na internet]. [acesso em: 13 jun. 2024]. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/handle/tede/4467>.
- [9] Melo, Mário José Lacerda de. A aplicabilidade da lei geral de proteção de dados aos pequenos negócios [home page na internet]. [acesso em: 07 out. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br/handle/123456789/3874>.
- [10] Nitrini, Rodrigo Vidal. Liberdade de informação e proteção ao sigilo de fonte: desafios constitucionais na era da informação digital [home page na internet]. [acesso em: 01 jun. 2024]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-12022014-154536/pt-br.php>.
- [11] Nicotra, Ricardo. Online profiling: a proteção dos dados pessoais no processo de geração de perfil digital [home page na internet]. [acesso em: 15 set. 2024]. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-11092020-132015/pt-br.php>.
- [12] Puccinelli, Silvia Maria Mantovani. Desafios atuais às liberdades de expressão e informação no ambiente digital: perspectivas a partir do direito internacional dos direitos humanos [home page na internet]. [acesso em: 12 ago. 2024]. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/7524>.
- [13] Queiroz, Renata Capriolli Zocatelli. A proteção de dados pessoais: a LGPD e a disciplina jurídica do encarregado de proteção de dados pessoais [home page na internet]. [acesso em: 19 jun. 2024]. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/168589>.
- [14] Röder, Marcus Paulo. O direito fundamental à proteção de dados pessoais e a metarregulação como instrumento de sua proteção [home page na internet]. [acesso em: 21 mai. 2024]. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/79837>.
- [15] Stefani, Patricia Figueiredo. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e o agronegócio: uma análise das implicações aos produtores rurais no município de Palmeira das Missões, Rio Grande do Sul, Brasil [home page na internet]. [acesso em: 27 ago. 2024]. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/29528>